

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO: UMA ANÁLISE DOS CONTEXTOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Paulo Conceição João Faria¹

Introdução

Uma análise do contexto, processo e produção de trabalhos científicos exige uma compreensão bem documentada do ambiente de pesquisa institucional existente, com base em evidências observáveis. Este artigo visa, em particular, a Universidade Agostinho Neto (UAN) para avaliar os processos de formação para doutoramentos em três faculdades ou unidades orgânicas (UOs). Ao fazer isto, o presente artigo reconhece a crucial conexão entre a Universidade e as esferas de produtividade do mercado. Reconhece, igualmente, que países diferentes possuem diferentes trajetórias, padrões e modelos de desenvolvimento no Subsistema do Ensino Superior (SES) o que, algumas vezes, pode prejudicar ou tornar possível essa conexão. Embora este tema seja de grande importância devido ao seu potencial de, empiricamente, impedir estudos relevantes, este artigo segue um caminho diferente, pois visa explicar como contexto e processo têm influência na produção de trabalhos científicos na UAN.

Enquanto a mais antiga Universidade pública de Angola, a UAN não pode ser dissociada de um meio político-social mais alargado que apresenta duas faces: por um lado ajuda a definir a UAN como uma fonte de produção de conhecimentos de vanguarda e, por outro lado, funciona como um obstáculo para este objetivo. Apesar do tom negativo, a UAN atravessa, hoje, um momento de balanço e de procura da sua própria essência. Precisa

¹ University of Kent, Cantuária, Reino Unido. E-mail: paulocjfaria12@gmail.com

se reinventar, deixando de ser um mero receptáculo passivo das receitas do estado para se tornar numa instituição completamente integrada, regional e internacionalmente, libertando os seus recursos humanos para trabalharem com o mundo exterior, quer através de projectos conjuntos de pesquisa, quer de planos de mobilidade dos estudantes, dentro das universidades africanas. Para isso, são necessárias, não apenas redes de trabalho e integração, mas também um conjunto de políticas direccionadas a extrair da UAN o seu melhor e a estabelecer novas estruturas de gestão do ensino superior nacional, semelhantes ao Conselho Nacional para o Ensino Superior da África do Sul (*National Council on Higher Education* – NCHE).

Embora o artigo referencie este assunto, o seu propósito principal é oferecer ao leitor uma abordagem crítica acerca de contextos e processos de produção de trabalhos científicos na UAN. Isso é feito em cinco seções inter-relacionadas. A primeira seção dá uma breve visão geral da bibliografia. A segunda foca a questão e dá ao leitor um relato pessoal, em seis fases, do ambiente de pesquisa que tem um impacto negativo na motivação do pesquisador. A terceira seção sublinha a condição da UAN, enquanto espaço politicamente contestado, pelo que é mais entendida como uma área ou domínio de poder e controle, do que como um fator de conhecimento autônomo, inovador e aplicável. A quarta seção pesquisa os pontos-chave da legislação governamental angolana que sustentam a provisão de ensino superior, com fins de produção de trabalhos científicos. A última seção baseia-se na informação recolhida nas três faculdades da UAN ou UOs para explicar a influência do contexto e processo na produção de trabalhos científicos nelas.

Visão geral da bibliografia

Contextos e processos de pesquisa são o trampolim para a produção de trabalhos científicos. Mas isto baseia-se, frequentemente, em dois eixos entrelaçados: formação para a pesquisa científica adaptada às necessidades de pesquisa do candidato a doutoramento e o papel desempenhado pelo orientador. O orientador é apresentado, na bibliografia académica específica tratando de supervisão de trabalhos científicos, não mais como um “distante mestre com a única responsabilidade da qualidade dos resultados” (Mouton 2018), mas principalmente como um facilitador da caminhada dos estudantes, de aprendiz ou noviço até chegarem a mestre (Bastalich 2017). A visão do estudante que faz trabalhos científicos, mestrando ou doutorando, como um permanente aprendiz, faz todo o sentido quando se espera do estudante “reflexão sobre um processo de pesquisa e dos supervisores e outros que

facilitem o processo de pesquisa e reflexão sobre o processo de pesquisa, para garantir uma capacidade para futura inovação” (Bastalich 2017).

A produção de trabalhos científicos é, portanto, um processo integrado cada vez mais desenvolvido, através do qual os provedores, beneficiários, legisladores, instituições governamentais e órgão independentes de ensino superior desempenham um papel significativo ao assegurarem o “discurso das cinco políticas” o qual, na visão de Mouton e Frick “conduz e influencia a produção de doutorados na África do Sul – *quantidade, transformação, eficiência, qualidade e internacionalização*” (Mouton e Frick 2018).

Os autores foram cautelosos ao mencionar que “as tendências de aumento de inscrições para doutoramento e graduações coexistem com tensão e contradições” (Mouton e Frick, 2018). Em termos simples, o discurso das cinco políticas, realmente, funciona como uma orientação para as partes interessadas envolvidas no SES e destacam a importância de conseguir o equilíbrio correto entre contexto, processos e resultados esperados. Isto deverá ser considerado como medida consciente para evitar ou, pelo menos, reduzir os impactos negativos do paradoxo, que consiste em “para produzir mais doutorados, são necessários mais supervisores doutores, mas para ter mais supervisores, são necessários mais doutores” (McGregor 2013).

Na África do Sul, onde parece existir uma interação entre políticas e práticas, há também um organismo independente instalado para fiscalizar e comprovar se os imperativos globais para a pesquisa científica estão operando de maneira coerente e harmoniosa. Isto funciona e, realmente, faz sentido no contexto da África do Sul, onde uma das funções desempenhadas pelo NCHE e pelo HEQF (*Higher Education Qualification Framework*), *Quadro de Qualificação do Ensino Superior*, é auditar as políticas elaboradas pelo ministério do ensino superior. Porém no contexto de Angola, não há tal instituição independente que garanta a qualidade do ensino superior visando aos doutoramentos, e que verifique a solidez das políticas concebidas pelo ministério do ensino superior. Assim, a questão de Bitzer sobre “quem verifica os verificadores” (Bitzer 2016) fica, simplesmente, sem resposta, neste caso. O contexto angolano está atravancado de legislação, decretos presidenciais e regulamentos. Porém, precisa, enormemente, de um sistema coerente que sirva o interesse nacional e não de um sistema que apenas defenda e trabalhe para o *status quo*.

Em suma, o principal propósito da educação ou ensino para doutoramentos é “preparar estudantes para se tornarem pesquisadores” e, nesse sentido, “as estruturas de educação doutoral” (Matas, 2012) são essenciais para a “qualidade e eficiência no mais alto nível da educação” (Bastalich

2017). Dois princípios-chave podem decorrer desta discussão. Primeiro, o papel que o orientador joga em trazer à luz os talentos escondidos dos seus ou suas estudantes. O segundo elemento baseia-se no reconhecimento do papel importante que as estruturas deverão ter no processo global da educação/ensino para doutoramentos. Essa é a ideia de estruturas fundadas na crença de que as práticas devem ser reguladas por uma cadeia sustentável de valores, princípios e procedimentos que, em última análise, poderá operar tanto como causa e condição para a ação dos atores do SES.

A noção de estrutura, no que se refere à formação ou à educação doutoral, pede “recursos necessários” tais como “financiamento dos candidatos, conhecimento especializado para os componentes ensinados e capacidade de supervisão e instalações disponíveis para pesquisa” (Frick, 2018). Embora seja esta a visão, na maior parte das sociedades com um SES independente, autônomo e avançado, a capacidade de supervisionar e produzir resultados da pesquisa científica pode ser ofuscada pela azáfama diária da “luta para pagar as contas”. No nosso caso, uma supervisão ineficiente é reforçada pelo acumular de produção de trabalhos científicos. Mesmo quando a situação começa a ficar fora de controlo, com o aumento do número de candidatos a doutoramento, ninguém ainda se aventurou a “culpar” o orientador “por cumprimento insatisfatório de prazos e altas taxas de desistência” (Bastalich 2017).

Para além da armadilha do tempo em que os orientadores se sentem apanhados, os recursos para a pesquisa, tais como o acesso à internet ou a bibliotecas são enormes barreiras com as quais o estudante que está investigando tem que aprender a conviver, usando a alternativa de meios privados ou correndo o risco de estagnação no decorrer da pesquisa. A formação, com vistas ao doutoramento, na UAN, é predominantemente, um “doutoramento profissional que combina trabalho de aulas com um projecto de investigação supervisionado” (Matas, 2012). Assim, em oposição ao cenário de otimismo da IAU-ACUP (Associação Internacional de Universidades e Associação Catalã de Universidades Públicas) sobre o reconhecimento de doutorados na África, poderia estar mais inclinado para esclarecer que, infelizmente, o título de doutorado ainda não é completamente reconhecido como um ativo essencial para contribuir para a “economia do conhecimento” nem o governo de Angola “sabe como avaliar competências dos titulares de doutorado, nem a relevância daquilo com que podem contribuir para a sociedade” (IAU-ACUP 2012). Por que é assim?

Há, pelo menos, três evidências que corroboram esta alegação. Primeiro, para o acesso ao setor público nem o grau de mestrado nem de douto-

ramento coloca os seus titulares num patamar acima dos seus concorrentes, pois o ministério do trabalho e da segurança social apenas considera o grau de licenciatura. Todavia, tanto os detentores de mestrados (MAs) quanto os de doutorado podem concorrer a um posto, mas no caso de serem admitidos não poderão esperar ganhar mais do que os seus colegas licenciados. Mestres e doutores são tratados de forma justa na academia, onde são remunerados em conformidade.

Segundo, tem a ver com casos de circulação entre a esfera política e a Universidade, o que a faz parecer como se fosse uma incubadora de carreiras ministeriais no governo. Por exemplo, sob administração do presidente João Lourenço do partido Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) o governo nomeou, ao abrigo do Artigo 12 (g) do decreto 90/09 de 15 de Dezembro sobre o SES, ministros para o ensino superior, ciência, inovação e tecnologia e para as pescas e mar, o reitor e o vice-reitor da UAN, respectivamente.

A terceira evidência é a transformação da Universidade num território partidário, disposto a curvar-se perante as ordens superiores, a despeito da sua qualidade ou sensatez, mas incapaz de fornecer pensamento crítico e conhecimento socialmente aplicável. Nestas circunstâncias, poderia ser um pouco exagerado ver a UAN como um espaço que é capaz de:

gerar empregos equilibrando e integrando três objetivos: primeiro, ir ao encontro da demanda prática do mercado de trabalho, segundo, produzindo novos conhecimentos, através da investigação efectuada por mais cientistas com nível de doutoramento e, finalmente, produzindo cidadãos globais e comprometidos, através da docência (Friesenhahn, 2014).

Entretanto, há alguns sinais positivos como analisado mais adiante. Um desses pontos positivos tem a ver com a decisão do presente governo de promover algumas reformas significativas no SES, como expresso no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN). O PDN pretende alcançar quatro objetivos-chave, a saber: “(1) melhorar a rede de trabalho das diferentes instituições do ensino superior, (2) aumentar os cursos, os graduados, (3) aumentar as ofertas de pós-graduações e (4) melhorar a qualidade da docência com o fortalecimento de mestrados e doutoramentos” (PDN 2018). Entretanto, para alcançar estes objetivos o governo estabelece como principal meta “reforçar o ensino superior com 772 novos mestres e 125 novos doutores, formados no estrangeiro, até ao ano 2022” (PDN 2018).

O plano é ambicioso e marcado por contradições. Por exemplo, apesar do fato de no início de Janeiro de 2019, o conselho de ministros ter dado luz verde para se pôr em prática o plano, na realidade não será possível ter 125 doutorados completamente graduados nas melhores universidades dos países desenvolvidos, em 2022. Digamos que o governo decide enviar candidatos em Setembro de 2019 para as “mais prestigiadas universidades do mundo”, a experiência diz-nos, também, que estudantes doutorandos, que têm o inglês como língua estrangeira, terão de provar a sua proficiência nessa língua através de um exame TOEFL (*Test of English as a Foreign Language*) ou Teste de Inglês como Língua Estrangeira, nas universidades dos EUA e do Reino Unido. A mesma exigência para a língua será aplicada nas universidades francesas ou alemãs.

O governo podia, mesmo assim, enviar estudantes para o estrangeiro. Contudo, uma coisa é certa, dificilmente conseguirá alcançar a meta de 125 doutorados em 2022, mesmo que estes tenham sido escolhidos entre um grupo de candidatos com os mais altos níveis de competência em línguas estrangeiras. Além disso, os estudantes terão de lidar com alguns choques culturais relacionados com a universidade, e isto já é suficiente para obstruir ou atrasar a eficiência da pesquisa. Outra questão que se poderia apontar ao PDN é o silêncio que faz a respeito dos candidatos a doutoramentos domésticos. Eles existem e atravancam o sistema nas faculdades da UAN de ciências sociais (FCS), de economia (FEC) e de direito (FDUAN). Os desafios começam sempre a colocar-se, quando os que tomam decisões e elaboram políticas presumem que a formulação de uma nova política dentro das políticas de formação no SES implicará, necessariamente, um início absoluto, a partir do zero, como se não houvesse oferta de cursos de doutoramento em Angola. De fato, o panorama da produção de trabalhos científicos de doutoramento nas faculdades da UAN fala-nos de uma realidade de negligência institucional e de medidas utilitaristas que fazem dinheiro com os candidatos a doutorado.

Questões e reflexões sobre o contexto de pesquisa

O artigo digladiava-se com a questão: até que ponto o contexto e o processo afetam a produção de trabalhos científicos na UAN? Para tratar desta questão, foi conduzida uma pequena pesquisa de campo no DICEPs (departamento para a investigação científica e estudos de pós graduação) da UAN e nas faculdades da UAN – FCS, FEC e FDUAN, todas com cursos de doutoramento. O objetivo da pesquisa de campo era a recolha de dados os mais precisos possíveis sobre (1) o número de estudantes, homens e mulhe-

res inscritos nos cursos de doutoramento; (2) quantos candidatos a doutor para cada orientador; (3) estudantes que apresentaram e defenderam com sucesso a sua tese na primeira e na segunda edição do curso; (4) número de estudantes doutorandos, a trabalhar nos seus projectos de doutoramento. Entretanto, a pesquisa de campo que pretendia gerar dados transformou-se numa verdadeira montanha russa, sobre a qual vale a pena refletir:

Etapas um: Tive que me encontrar com o director do DICEPs da UAN para conseguir a sua autorização para ter acesso à informação relacionada com os cursos de doutoramento na FCS, oferecendo o grau de doutor em ciências sociais; na faculdade de direito com dois cursos em direito público e direito privado; e na faculdade de economia que oferece um doutorado em economia e gestão.

A visita ao director ocorreu no dia 20 de Dezembro de 2018. Depois de lhe ter explicado o objetivo da pesquisa, o director ficou ciente da sua importância. Em vez de me autorizar a entrar na porta ao lado para consultar os ficheiros, o senhor director pediu-me que pusesse por escrito o que acabava de lhe explicar. Não tive outro remédio senão me conduzir de volta para a faculdade de ciências sociais, o que me levou outra hora e meia, para preparar e enviar-lhe a carta solicitada.

Etapas dois: o director deu instruções à secretária dos serviços para me entregar os ficheiros com os relatórios que, supostamente, as UOs lhe teriam enviado, a pedido do seu departamento. “Dr. Paulo, receio que não tenhamos, aqui, toda a informação de que precisa. Para isso, o senhor terá de ir as UOs. De qualquer modo, dê uma vista de olhos a estes ficheiros,” disse a secretária. Na realidade, a maior parte dos ficheiros estava incompleta. Portanto, a hipótese de contactar as UOs para conseguir os dados parecia a melhor. Entretanto, eu precisava reduzir a pesquisa a três ramos das ciências sociais, deixando para posteriores avaliações as faculdades de engenharia e de medicina que têm cursos de doutoramento, respectivamente, em química e engenharia ambiental e em saúde pública. Além disso, reparei que para a área das ciências sociais, não teria de passar por tensos processos burocráticos por pertencer ao corpo docente. Adicionalmente, precisaria de uma credencial dos serviços que me facilitasse o acesso aos dados nas faculdades de direito e de economia.

Etapas três: Voltei à UAN para solicitar uma credencial, basicamente uma autorização para pesquisar declarando que “com o objectivo de pesquisa científica e para recolher dados das UOs da UAN, Dr. Paulo, docente nesta Universidade, é acreditado. E para que ninguém lhe coloque qualquer impedimento, passamos esta credencial que vai assinada e carimbada com o

carimbo desta instituição”. Mas para chegar a esta etapa tive de endereçar uma carta à Vice-Reitora para a investigação científica e estudos de pós-graduação da UAN. Por sorte, a Vice-Reitora, também, membro do bureau político do partido no poder, o MPLA, estava disponível e ordenou à sua secretária que digitasse a credencial. Quando a secretária começou a imprimir a nota de autorização para a credencial ao director do DICEPs, reparou que a impressora estava sem tinta. “De qualquer modo, pelo menos ela poderá lê-la”, ela referia-se à secretária do director do DICEPs. A secretária conseguiu ler a nota e digitou a credencial. Mas nem o director nem o subdirector estavam disponíveis para assinar a mesma credencial.

Apenas consegui essa assinatura no dia 3 de Janeiro de 2019. Quando, de manhã, ainda cedo, telefonei para a secretária para perguntar-lhe se a credencial estava pronta e se podia ir recebê-la, esta respondeu-me: “Doutor, o documento está pronto, mas não conseguimos abrir a porta do escritório, neste momento. Estamos ainda à espera que chegue o colega que tem a chave-mestra”. Suportei mais uma hora e meia de condução até ao campus da UAN para exercer alguma pressão sobre eles. Esperei mais de uma hora pelo homem da chave-mestra. Mas ele não conseguiu abrir a porta. O subdirector chegou com a solução.

Entrou direto no seu gabinete e, logo, apareceu com uma folha de papel manuscrita para a secretária copiar e digitar, depois de encontrar um lugar para tal. Esta acabou por fazê-lo no gabinete da ex-vice-reitora – nomeada ministra das pescas e do mar, pelo presidente, a 2 de Janeiro de 2019 – e, finalmente, levou a credencial ao gabinete do reitor da UAN para ser carimbada. Aí, o director de gabinete do reitor disse que, antes de ser carimbada, a credencial precisava da assinatura do subdirector. A secretária voltou ao subdirector que assinou e só depois de todo este processo eu consegui a credencial, a 3 de Janeiro.

Etapa quatro: na FCS foi uma verdadeira batalha para conseguir as informações, sem ouvir isto: “Doutor, escreva aqui de que precisa, exatamente. Nós vamos procurar e trazemos para o senhor.” No final, chegamos à conclusão de que dados essenciais estavam em falta ou colocados em qualquer lado ou em lado nenhum, pelo que seria impossível encontrá-los. Portanto, acabei por procurar um lote de informações que fizessem o melhor sentido possível.

Etapa cinco: na FEC, encontrei-me, primeiro, com o chefe do DICEPs. Identifiquei-me, expliquei-lhe as razões de contactar o departamento e mostrei-lhe, evidentemente, a credencial, com vistas a ter qualquer garantia. “Não posso dar-lhe nenhuma informação sem ordem do decano,” replicou o chefe.

Felizmente, o decano estava presente e, antes que eu voltasse para o chefe de departamento, deu-me uma descrição de 50 minutos dos cursos de doutoramento, e entregou-me algumas cópias de documentos que considerava serem de grande interesse para a minha investigação. De volta ao departamento, foi-me dada mais alguma informação, mas não me foram disponibilizados dados sobre o número de candidatos atribuídos a cada orientador, assim como não estavam disponíveis registos do progresso dos doutorandos.

Etapa seis: mais uma vez, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FDUAN) na busca de informações para a minha investigação, foi-me dito que tinha de endereçar uma carta à chefe do DICEPs para autorização. Uma carta e uma cópia da credencial foram-lhe enviadas, por e-mail, a 3 de Janeiro, mas nunca recebi resposta. Continuei a deslocar-me ao local, até que finalmente, soube que a chefe estava ausente, com baixa médica e que só ela poderia tratar do meu assunto.

Entretanto, a 16 de Janeiro a chefe estava de volta ao seu gabinete, mas disse-me que precisava falar, primeiro, com o vice-decano para a investigação científica. “Dr. Paulo, por favor, sente-se na sala da recepção enquanto espera pelo vice-decano. Ele deve estar a caminho”, avisou a referida senhora. Esperei quase duas horas e o vice-decano não apareceu. Então, a chefe perguntou se eu tinha uma cópia do e-mail que lhe enviara. “Para quê?”, perguntei. “Querida deixar uma nota para o vice-decano”, disse ela. “Colega, já passaram mais de duas semanas, desde que lhe enviei um e-mail. Está, agora, me dizendo que nem sequer o reencaminhou, ainda, para o vice-decano? Lembro-lhe que somos servidores públicos e este tipo de burocracia mostra que estamos coibindo a esperança da Universidade subir para o grupo das 100 melhores universidades de África. Um dado é um indicador do nosso serviço público”, disse eu, desabafando a minha frustração. “Infelizmente, é esta a situação. Por favor, vamos falar com a secretária do vice-decano”.

Uma vez no gabinete, a secretária disse que o vice-decano estava ausente em reuniões e que ela não saberia dizer-me quando ele voltaria. “Eu apenas preciso da informação para a pesquisa que estou fazendo e, como bem sabe, foi-me passada uma credencial para esse efeito. Portanto, a questão é muito simples: ou a senhora tem as informações e dá-me acesso a elas como evidência da qualidade do SES ou então tem de admitir que não tem esses dados. Por favor, transmita isto ao vice-decano”. Então, gentilmente, a secretária anunciou: “Dr. Paulo, deixe o seu contato comigo para que eu possa avisá-lo quando o vice-decano chegar”. Ela nunca me telefonou e eu tive que lá voltar no dia 23 de Janeiro de 2019.

Felizmente, na altura em que encontrei o vice-decano na faculdade, eu já tinha conseguido algum tempo para encaminhar o meu pedido ao decano da faculdade, que deu ao departamento luz verde para disponibilizar toda a informação. Então, o chefe indicou uma secretária do departamento para trabalhar comigo e, de forma aberta, tratar de todas as questões relacionadas com a minha pesquisa. Ela mostrou-me todos os arquivos que tinham informações sobre os cursos de doutoramento em direito privado e direito público, desde 2011, alguma informação sobre os candidatos ao doutoramento e sobre um acordo de cooperação e parceria entre a FDUAN e a Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (FDUNL).

A informação estava lá, embora não estivesse completa. Por exemplo, não havia um único registo para ilustrar tanto o processo de orientação, quanto a satisfação dos candidatos em relação à qualidade da formação para doutoramento e às experiências de supervisão na FDUAN, existindo apenas um registo sobre os desafios existentes relativos à cooperação com a FDUNL, em termos da recepção de resultados relativos a doutoramentos.

Por um lado, o relato feito acima, foi concebido para ajudar o leitor a ter a visão do contexto de pesquisa atolado numa excessiva burocracia. Este contexto é, igualmente, o prenúncio de um mais profundo estigma social e de um medo de uma possível punição política que, de certo modo, funciona como um entrave à criatividade e uma espécie de regra pública de sobrevivência e automanutenção. Por outro lado, a reflexão sobre as etapas ajuda a sustentar o ponto de vista de que o contexto de doutoramento é muito importante, porque revela que a UAN, tem estado fechada no atoleiro político. Além disso, este artigo mostra, igualmente, que o contexto universitário atropela os processos de doutoramento, o que, por seu lado, limita os resultados da produção de trabalhos científicos.

UAN: Posição para além da politização

Políticas revolucionárias e a trajetória do SES de Angola estão interligadas e definem o contexto mais alargado de pesquisa. Neste ponto, poder-se-ia perguntar porque é que as políticas, em vez de ajudarem a possibilitar um desenvolvimento de um sistema de ensino superior de pleno direito, pelo contrário, levam a UAN a atolar-se no pântano do partido dominante. No meio desse fato, o SES é ainda um fenómeno novo que só emergiu um ano após a independência de Portugal, em 1975, com a criação da Universidade de Angola (UA). A UA tornou-se Universidade Agostinho Neto, UAN, com

o nome do primeiro presidente do país e primeiro reitor da UAN, a 24 de Janeiro de 1985.

O Presidente Agostinho Neto definiu, assim, a missão da UAN:

servir a revolução e lutar contra as reminiscências do colonialismo português; ajudar a implantar uma sociedade justa e progressista; produzir quadros nacionais dotados de uma nova consciência e que serão capazes de trabalhar como agentes de uma nova sociedade que se empenhará em alcançar a democracia popular (Universidade Agostinho Neto, UAN. 1977).

A instituição de uma Universidade Pública como “parte de sistemas nacionais de Ensino Superior” (Bitzer, 2016) demonstrava um maior interesse em propósitos nacionalistas posteriores, do que em conceber políticas que teriam promovido qualidade da investigação na educação e, subsequentemente, ajudado a aproveitar “habilidades de pensamento crítico” (Cyranoski, 2011). De fato, as estruturas do partido dominante continuam a definir a orientação e, também, a dificultar as liberdades e autonomia académicas. Desde então, o contexto só piorou. Por três razões: primeiro, o sindicato dos professores do ensino superior lutou por um acordo com o governo do anterior presidente, José Eduardo dos Santos, para estabelecer que “o governo deve nomear os órgãos governativos das universidades e academias públicas, através de uma proposta do ministro do ensino superior, com base em três candidatos eleitos pelas assembleias das suas respectivas instituições” (Decreto 90/09, artigo 12). O fato é que esta legislação proposta nunca entrou em vigor. Segundo, a eleição dos três candidatos nunca teve lugar à época, e o anterior presidente Dos Santos chamou a si o poder de nomear os reitores e vice-reitores de todas as universidades públicas. Esta decisão foi considerada pelo sindicato do ensino superior como inconstitucional. Terceiro, a governança do SES, através de decreto presidencial, equaciona um conflito entre eficiência, estabilidade e decisão discricionária do presidente.

Acreditava-se que o punho de aço exercido sobre o SES durante a corrente administração do presidente João Lourenço viesse a terminar em Maio de 2019, depois do ano passado, quando o presidente tomou a decisão de permitir que as 9 universidades públicas de Angola e respectivas faculdades elegessem seus reitores, vice-reitores, decanos e vice-decanos (ANGOP, 2018). Anteriormente, o presidente, agindo ao abrigo do decreto do seu predecessor, nomeou Pedro Magalhães e Maria Antonieta Baptista como reitor e vice-reitora da UAN para a área de investigação científica e estudos de pós-graduação. A advertência, aqui, é esta: como já referi antes, Maria

Antonieta Baptista foi, recentemente, nomeada ministra das pescas e do mar, pelo presidente, tendo na altura deixado vago o seu cargo de vice-reitora na UAN. Convém recordar que a atual ministra do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação, Maria do Rosário Sambo, foi, antes, reitora da UAN, nomeada pelo ex-presidente Dos Santos, em 2015. Entretanto, o presidente Lourenço nomeou-a ministra, em 2017.

Para além das promessas de uma relativa liberalização do sistema nacional do ensino superior (SNES) existem dois tipos de desafios. O primeiro tem a ver com um enorme desequilíbrio entre o número de pessoas detentoras de um doutorado, pertencentes ao *staff* das universidades e o número crescente de candidatos a doutores. De acordo com o boletim estatístico do ensino superior, em 2016, o SES angolano era composto por 53,1% de graduados, com as instituições públicas empregando 1.578, contra 3.072 nas instituições privadas. A proporção do pessoal com graus de mestre e de doutor era, respectivamente, de 33,3% e 9,8% com um total de 1.708 nas universidades públicas e 1.209 em instituições privadas. Definitivamente, há 601 doutorados nas universidades públicas e 237 para todas as universidades privadas.

O segundo conjunto de desafios tem a ver com a declaração pública da ministra Maria de Rosário Sambo que, ao falar do ambiente científico nacional, especificou que:

há investigação científica, mas é ainda fraca, se comparada com a dos outros países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, em português). Temos um enorme potencial para alterar esta realidade, se formos capazes de gerir de forma adequada, os recursos humanos e financeiros e, acima de tudo, não devemos ser megalómanos. Ao contrário, devemos focarmo-nos no objetivo de produzir ciência com sentido pragmático (Voz de Angola, 2017).

Mais adiante afirmou: “precisamos diagnosticar as más práticas e fazer um esforço para as eliminar, progressivamente, com uma mudança de mentalidade e de comportamento” (Voz de Angola, 2017).

As observações da ministra sublinham uma confusão entre a raiz das causas e dos efeitos. As más práticas são, nitidamente, originadas pela ligação do SNES com a engenharia político-partidária. Não será possível a produção de conhecimentos científicos, mesmo que esta seja conduzida com pragmatismo, se houver um verdadeiro fosso entre uma série de políticas e contextos, no qual os investigadores se encontram imersos. Além disso, um olhar mais atento à UAN revela um desequilíbrio de estratégias, políticas e

recursos disponíveis, com vistas a providenciar uma formação de qualidade para os doutoramentos. A seção seguinte aborda a legislação governamental para averiguar quais as disposições legais a que está submetido o processo que conduz à atribuição do grau de doutor.

Legislação governamental sobre formação para doutoramento

Os desafios-chave do SNES não têm a ver com a ausência de um conjunto de legislação para regulamentar o sistema, têm, ao contrário, a ver com uma falta de implementação de mecanismos coerentes que assegurem a qualidade do ensino em todas as faculdades da UAN. De fato, o processo de investigação doutoral segue um conjunto de procedimentos e de diretrizes definidos de modo ordenado sobre a natureza do doutoramento, o papel da supervisão doutoral e os objetivos e competências definidos que um candidato a doutorado deverá adquirir, mediante o processo. Esta seção mergulha na legislação, de modo a encontrar as orientações institucionais gerais sobre o ensino ou formação para os doutoramentos.

A legislação sobre o SES e os estudos para doutoramento tem como base dois decretos presidenciais, o 90/09 de 15 de Dezembro e o 29/II de 3 de Março, ambos estabelecendo as devidas normas e procedimentos para regulamentar as universidades. O artigo 24 do Decreto 90/09 refere que os estudos de pós-graduação compreendem duas categorias: académica para mestrados, doutorados e profissional – a última tem como objectivo o aperfeiçoamento técnico-profissional do licenciado. Além disso, o mesmo artigo fixa o tempo máximo para completar mestrados em dois/três anos, e quatro/cinco anos para doutoramentos. O doutoramento é visto como “um processo de formação e de investigação, que visa proporcionar uma capacidade científica ampla e profunda aos candidatos diplomados em cursos de licenciatura ou de mestrado, culminando com uma dissertação, cujo conteúdo constitui uma contribuição inédita para o património científico universal”.

O decreto de 3 de Março de 2011 reitera, no seu artigo 21, a posição global do governo sobre a educação relativa ao grau de doutorado como um processo de formação e de investigação que proporciona aos candidatos já licenciados ou com mestrados, amplas e profundas competências científicas que resultarão numa dissertação inédita que irá contribuir para o conhecimento científico mundial. Neste processo, espera-se que os estudantes doutorandos assistam a aulas ou palestras ou a conferências durante os primeiros

dois anos dos seus estudos doutorais, para adquirirem competências e técnicas de investigação. Com este propósito, as diferentes UOs têm diferentes tipos de módulos criados de acordo com a natureza e os objetivos de cada curso. É esse o caso dos programas de doutoramento em ciências sociais, direito e economia. Todavia, partilham os mesmos processos e procedimentos no que se refere à redação de uma dissertação original, que acontece depois do estudante ter defendido com sucesso o seu projeto doutoral de pesquisa.

Mais adiante, o artigo 26 sobre supervisão apresenta três procedimentos principais: primeiro, para os candidatos a doutor produzirem a sua tese, deverão ser orientados por professores ou investigadores com o grau de doutorado, na sua instituição. A supervisão ou orientação poderá ser providenciada por um sistema de co-orientação. No entanto, indica-se que este modelo deverá ser referido de forma clara no projecto doutoral do candidato, assim como deverão ser definidas as estratégias para co-orientação. Segundo, também supervisionarão as teses os professores e investigadores com doutorado de outras instituições, segundo acordos ou contratos existentes estabelecidos pelas partes. Por último, o orientador deverá informar e atualizar, semestralmente, o conselho científico da faculdade acerca das etapas fundamentais e do progresso da tese.

Um esclarecimento sobre o papel e os propósitos da orientação faz uma enorme diferença, quando pensamos nas metas a atingir referentes a mais candidatos a doutor, a terminar a sua formação dentro do calendário previsto no PND. Como a última seção sublinha, o panorama da produção de trabalhos científicos é negativo pois, até o momento, não houve um único doutor formado resultante dos cursos de doutoramento oferecidos pelas três OUs da UAN. Demonstrar-se-á que as causas subjacentes se relacionam com contextos e más práticas da instituição e que em última análise estão ligadas ao desequilíbrio entre legislação e implementação de políticas pelas faculdades. Há, igualmente, como referi anteriormente, a falta de um órgão independente, como o NCHE e o HEQF da África do Sul, para supervisionar e auditar políticas e garantir eficiência e qualidade.

Panorama da produção de trabalhos científicos da UAN

Esta seção foi criada a partir dos dados recolhidos nas faculdades de ciências sociais (FCS), de direito (FDUAN) e de economia (FEC) da UAN, para poderem ilustrar o estado da produção de trabalhos científicos na UAN. Os dados foram compilados juntos, mas a partir de fontes de informação

dispersas, tais como ficheiros, memorandos internos, e partilhas com membros do pessoal do DICEPs de cada faculdade. Indubitavelmente, há um traço comum que cobre todos os dados inseridos nos quadros abaixo. Contudo, seria deturpação sugerir que, devido às altas tarifas cobradas por candidato a doutorado – de 3.500.000,00 AKZ (Kwanza angolano, moeda corrente em Angola), cerca de 10.000 USD – o candidato a doutor transformou-se numa espécie de galinha dos ovos de ouro. O que leva as faculdades a retroceder ou a abandonar a sua principal obrigação de prover a produção doutoral.

Os quadros 1, 2 e 3 tentam retratar um contexto de estagnação na produção de doutoramentos. Os quadros referem-se às seguintes categorias: o número de candidatos a doutor desde a primeira edição em 2013 até a segunda em 2016 (PhD13 & PhD16) para a FCS; a primeira edição e edições em 2011 e 2017 da FDUAN; e a primeira, segunda e terceira edições da FEC, respectivamente em 2015, 2016 e 2017 (PhD15, PhD16 & PhD17). Os quadros dão conta do número de estudantes de doutorado em termos de género – feminino (F) e masculino (M), do número de teses apresentadas para a edição correspondente (Ths); *viva voce* ou defesa pública (viva) que tiveram lugar e número de estudantes atribuídos a cada orientador (Orient) por ano de inscrição.

Quadro 1: Faculdade de Ciências Sociais – PhD em Ciências Sociais (2013 & 2016)

PhD13		PhD16		Ths 13	Ths 16	Viva 13	Viva 16	Orient13	Orient16
F	9	F	8	No.	No.	No.	No.	No.	No.
M	14	M	18	3	0	0	0	4-6	ND
F+M	23	F+M	26	3	0	0	0		
Total		49 estudantes PhD							

Fonte: Autoria Própria

A FCS começou com estudos de doutoramento em Ciências Sociais em 2013 com cerca de 23 candidatos a doutorado inscritos para a primeira edição e esse número subiu, 3 anos depois, para 26. A ideia era que todos os candidatos completassem as suas teses no período de 4 anos e caso não

conseguissem atingir esta meta durante esse período, ser-lhe-ia concedido o prolongamento de mais um ano. Geralmente, os candidatos são estudantes de maior idade que têm um emprego a tempo integral em instituições do estado ou nos setores privados – pessoal da UAN, setor da defesa e segurança, bancos etc.

Dito isto, compreende-se que os candidatos a doutorado, frequentemente, travem uma verdadeira luta para cumprirem o prazo obrigatório de entrega e este fator aliado ao pesado fardo do horário de docência, deixa ao estudante de doutoramento menos tempo para investigar. Por outro lado, os orientadores, de acordo com Mouton, dificilmente conseguem “ajudar o estudante a tornar-se num pesquisador profissional independente e num acadêmico dotado de um conjunto de capacidades cognitivas e metacognitivas” (Mouton and Frick, 2018). Em concreto, apenas 3 estudantes dos 23 da edição de 2013 conseguiram depositar as suas teses, o que indica que “túnel doutoral” (Bitzer, 2016) está bloqueado e como consequência, as taxas de produção de trabalhos científicos permanecem baixas, com um total de 20 candidatos que ainda não conseguiram encontrar a porta de saída do doutoramento.

Os números juntam-se aos dos candidatos a doutores da segunda edição em 2016, apesar do fato de 8 dos 26 candidatos terem defendido com êxito os seus projetos de doutoramento e, aparentemente, estarem trabalhando nas teses. O principal problema observado refere-se à falta de uma boa manutenção de registos sobre quem supervisiona quem, e, mais importante ainda, é que não há registos nem dados (ND) para quantificar o progresso da investigação dos candidatos. Esta prática é apenas uma entre muitas que parecem contradizer a legislação do governo no que toca à orientação.

Quadro 2. Faculdade de Economia: PhD em Economia (2015) PhD em Gestão (2016-17)

PhD 15		PhD 16		PhD 17		PhD Sub15	PhD Viva15	Orient15&16
F	5	F	2	F	2	Nenhum	Nenhum	ND
M	21	M	15	M	18			
F+M	26	F+M	17	F+M	20			
Total	63 estudantes PhD							

Fonte: Autoria Própria

A FEC iniciou os cursos de doutoramento, primeiro em economia, em 2015, estabelecendo cooperação institucional com dois institutos portugueses – Instituto Público Universitário Português (ISCTE) e o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) de Lisboa. Da edição de 2015, apenas 5 candidatos a doutorado chegaram à defesa de projetos de doutoramento; neste processo 4 estudantes passaram e foram autorizados a escrever a tese, enquanto que 1 estudante foi reprovado. Além disso, há apenas 2 possivelmente próximos da apresentação, sendo 1 candidato, de acordo com o decano da faculdade, o ex-ministro dos transportes que, recentemente, foi condenado a 14 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro.

Devido à pouca demanda de candidatos para doutoramentos em economia, a faculdade tem vindo a focar-se, desde 2016, no curso de doutoramento em gestão. Neste momento, a faculdade já deveria ter produzido o seu primeiro doutorado, mas o candidato foi considerado culpado de plagiar a sua tese pelo comitê interno de avaliação da FEC, antes de o enviar ao reitor da UAN para defesa pública (*viva* no quadro). O estudante foi, então, aconselhado a começar o doutoramento do zero. Do mesmo modo, não há registros ou dados (ND) sobre a supervisão a partir da qual inferir a qualidade e os níveis de progresso de cada candidato.

Quadro 3. Faculdade de Direito: PhD em direito público & direito privado (2011 & 2017)

Direito Público 11		Direito Privado 11		Direito Público 17		Direito Privado 17		Orient/PhD	VIVA
F	3	F	2	F	2	F	3	ND	0
M	12	M	9	M	14	M	19	ND	1
F+M	15	F+M	11	F+M	16	F+M	22	ND	1
Total	64 estudantes PhD								

Fonte: Autoria Própria

A FDUAN lançou a primeira edição de doutoramento em 2011 e tem um total de 15 estudantes doutorandos inscritos em direito público, 3 dos quais são mulheres e 12 homens. O curso de direito privado tem um total de 11 candidatos, 2 mulheres e 9 homens. Há 2 candidatos em direito público

trabalhando na sua tese; enquanto que um total de 8 estudantes – 2 mulheres e 6 homens – estão escrevendo a sua tese em direito privado.

Não há informações disponíveis sobre o progresso destes candidatos, mas sabe-se que apesar do programa de direito já estar funcional há quase 8 anos, apenas 1 estudante do curso de 2011 fez uma defesa pública (*viva*) a 20 de Junho de 2017, mas o júri “decidiu por unanimidade recomendar que o candidato a reformulasse no prazo de 6 meses”. Esta informação foi extraída do memorandum da defesa (Memorandum da Primeira Defesa Doutoramento, 20 de Junho de 2017), mas passados quase 2 anos, não há uma única referência que explique se o candidato conseguiu levar adiante o trabalho ou se ainda está na luta pelo seu progresso. Além disso, um ponto interessante que sobressaiu do memorandum foi o orientador do candidato, um professor da Universidade de Coimbra de Portugal, ter assistido à defesa, via skype. Entretanto, não está claro quantas vezes o candidato conseguiu viajar para Coimbra para se encontrar com o orientador e se teve uma orientação adequada. Provavelmente, esta questão continuará sem uma resposta observável.

No que se refere à segunda edição de 2017, verifica-se um aumento da demanda por cursos de doutoramento. O doutoramento em direito público ganhou mais 1 estudante, mas o número de candidatas mulheres baixou para 2, se compararmos com a primeira edição, enquanto que para doutorado em direito privado aumentou mais 1 estudante mulher e o número de estudantes masculinos saltou de 9 para 19, em 2017. Há ainda um número de 8 estudantes, ou seja, 5 em direito privado e 3 em direito público que já estão trabalhando na sua tese para doutorado. Assim como na edição anterior, não há informação disponível para apurar se há carga de supervisão/orientação no contexto dos cursos de doutoramento ministrados na FDUAN. Finalmente, há mais alguns pontos que salientam grandes discrepâncias entre as disposições escritas nos regulamentos e normas, no que se refere à obrigação dos orientadores informarem, semestralmente, o conselho científico da faculdade sobre o progresso dos seus estudantes e o registro existente desta informação em arquivo. Esta é uma questão que sobressai e parece ser comum a todas as faculdades – FCS, FEC e FDUAN.

Em geral, estas faculdades partilham os mesmos desafios: taxas baixas de produção de trabalhos científicos, no mínimo. Além disso, há uma evidente disparidade de gênero, como se pode verificar nos três quadros, onde o número de candidatos do sexo masculino é significativamente maior nas três UOs. A FCS apresenta mais mulheres candidatas do que a FEC e a FDUAN. Além disso, as faculdades da UAN também enfrentam, em comum, o desafio de um sistema de gestão da informação inadequado (Bitzer, 2016)

sobre quem orienta quem, sobre o candidato a doutor e sobre a qualidade da formação e orientação. Esta é, nitidamente, uma questão que um órgão independente do tipo do NCHE e HEQE teria ajudado a resolver e a pôr as UOs de volta aos trilhos para contribuir na produção de doutoramentos. Entretanto, contextos e processos estão, simplesmente, muito longe de favorecerem o objetivo de aumentar a produção de doutorados em todo o SES. Sobretudo, quando o total dos números de candidatos ascende a 176 em todas as UOs da UAN e este número, provavelmente, irá aumentar.

Conclusão

O sistema do ensino superior em Angola clama por profundas reformas que possam garantir que haja uma correspondência entre a demanda de estudos doutorais e a qualidade de orientação providenciada em toda a UAN. Com esse propósito, é necessária uma nova estrutura das escolas superiores de pós-graduação, de modo a conferir alguma eficiência e harmonia aos cursos de doutoramento da UAN. Elas assegurariam, então, boas práticas e abordagens construtivas em relação à pesquisa científica, tornando o acesso à informação mais acessível e um fator crucial para o progresso do conhecimento e produção científica, cujos índices de doutorados exitosos nas UOs são acentuadamente baixos.

Além disso, as reformas das escolas de pós-graduação ajudariam a melhorar as práticas de orientação, assim como atuariam como órgão coordenador para a totalidade dos programas de doutoramento da UAN e definiriam critérios para determinar quais as competências e conhecimentos de base dos candidatos a doutor e, subsequentemente, encontrariam maneiras de os adequar às instalações institucionais, financiamentos e gama de atividades que poderiam proporcionar uma mobilidade institucional regional. Para um contexto em que há entre 4 a 6 estudantes atribuídos a cada orientador, talvez um modelo de abordagem de orientação de um a um não resulte em produção doutoral. A escola superior de graduação deveria, igualmente, concentrar-se em criar painéis de orientação constituídos de acordo com suas especialidades e assuntos de pesquisa. A escola superior de graduação deveria, também, promover oportunidades de parcerias com instituições do ensino superior da SADC para expor os estudantes angolanos de doutorado a modernos e cada vez mais competitivos, excelentes e inovadores centros que poderiam capacitar os candidatos a concorrer a financiamentos, em vez de, grandemente, dependerem dos recursos do governo, que já são escassos.

Este artigo pretendia argumentar que o contexto e os processos da UAN, atualmente, funcionam em detrimento da produção de doutoramentos, por um número de significativas razões. A UAN não se pode dissociar, completamente, da trajetória política passada e mais recente de Angola. Frequentemente, a política cria obstáculos para as oportunidades da UAN se tornar um espaço de produção de conhecimento, por meio da pesquisa para trabalhos científicos. O processo de produção de trabalhos científicos está, de fato, codificado em decretos presidenciais e em regulamentos das UOs.

Por um lado, a falta de obrigação de prestação de contas e de uma instituição independente para aplicar mecanismos de verificação e controle no SNES, e, por outro lado, a existência de posturas burocráticas e enredamento político, lançam uma sombra na provisão de produção doutoral. Além disso, a falta de financiamento coloca uma carga extra sobre os candidatos e a faculdade que consegue o dinheiro para pagar aos docentes e outro pessoal ligado ao curso de doutoramento, mediante taxas pagas pelos estudantes.

Referências

- ANGOP Angola PRESS. 2018. “PR Orienta realização de eleições nas universidades públicas.” Abril, 26, 2018. http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticiasAc. Janeiro, 12, 2019.
- Bastalich, Wendy. “Content and context in knowledge production: a critical review of doctoral supervision bibliography” (conteúdo e contexto na produção de conhecimentos: uma revisão crítica da bibliografia de orientação de doutoramentos). *Studies in Higher Education*, 42, no. 7: 1145–57.
- Bitzer, Eli. 2016. “Research into Doctoral Education: A Survey of Institutional Research Projects in Southern Africa” in Botha J and Muller N (eds). *Institutional Research in South African Higher Education*. Stellenbosch: SUN PRESS: 277–297.
- Botha, J. 2018. “The nature, purpose, standard and format of the doctoral degree” (natureza, propósito, padrão e formato do grau de doutor). Course material of Module 2 of the DIES/CREST Training Course for Supervisors of Doctoral Candidates at African Universities. Stellenbosch University.
- Cyranoski *et al.* 2011. “The PhD Factory: The World is producing more PhDs than ever before. Is it the time to stop? *Nature*, 472, April, 21: 276–279.

- Diário da República, Decreto Nº 90/09 de 15 de Dezembro, I Série – N. 237.
- Diário da República, Decreto executivo no. 29/11 de 3 de Março, I Série – No. 42.
- Frick, L. 2018. “Supervisory models and styles” (modelos e estilos de orientação). Course material of Module 4 of the DIES/CREST Training Course for Supervisors of Doctoral Candidates at African Universities. Stellenbosch University.
- Friesenhahn, Irene. 2014. “Making higher education work for Africa: Facts and figures” (Fazer funcionar o Ensino superior em África: factos e números). Junho, 25, 2014. <https://www.scidev.net/global/education/feature/higher-education-africa-facts-figures.html>. Ac. Janeiro, 24, 2019.
- IAU-ACUP (International Association of Universities and the Catalan Association of Public Universities) (2012) International seminar on innovative approaches to doctoral education and research training in sub-Saharan Africa. http://www.iau-aiu.net/sites/all/files/Final_Report_IAU_ACUP_Seminar_on_innovative_approaches_to_doctoral_education.pdf. Ac. Fevereiro, 15, 2019.
- McGregor K. 2013. “Africa: Emerging ideas for building PhD training capacity”. University World News. <http://www.universityworldnews.com/article.php?story=20131215083542491>. Ac. Fevereiro, 14, 2019.
- Matas, Cristina Poyatos. 2016. “Doctoral education and skills development: An international perspective” (educação doutoral e desenvolvimento de competências: uma perspectiva internacional). *Revista de Docência Universitária*, 10, no. 2 (Maio-Agosto): 163–91.
- Memorandum da Primeira Defesa Doutoramento, Faculdade de Direito, Universidade Agostinho Neto, Junho, 20, 2017.
- Mouton, J. & Frick, L. 2018. “Scholarship on Doctoral Supervision” (Bolsa de estudos para orientação de doutoramentos). Course material of Module 1 of the DIES/CREST Training Course for Supervisors of Doctoral Candidates at African Universities. Stellenbosch University.
- Plano de Desenvolvimento Nacional, Ministério da Economia e Planeamento. 2018 (Abril), Governo de Angola.
- Universidade Agostinho Neto, UAN. 1977. “A Nossa História”. Extracto do discurso do Presidente Agostinho Neto a 12 de Setembro de 1977, na cerimónia de tomada de posse do Vice-Reitor da UAN. Setembro, 12, 1977. <https://www.uan.ao/historia>. Ac. Janeiro, 10, 2019.

VOZ de Angola. 2017. “Ministra do Ensino Superior admite que investigação científica em Angola é fraca.” Outubro, 26, 2017. <http://vozdeangola.com>. Ac. 18 de Janeiro, 18, 2019.

RESUMO

O contexto e o processo revelam os obstáculos que têm condicionado o desenvolvimento da Universidade Agostinho Neto (UAN), como espaço autônomo de investigação e produção do conhecimento em nível dos cursos de doutoramento nas Unidades Orgânicas (UOs), designadamente, as Faculdades de Ciências Sociais (FCS), de Direito (FDUAN) e Economia (FEC). Estes obstáculos são tão generalizados ao ponto de estarem associados à natureza do regime político que vigorou em Angola, logo a seguir a Independência de Portugal em 1975. É de notar que as transições políticas têm, na verdade, assumido ritmos e características distintas, por exemplo, a passagem do monopartidarismo à democracia pluralista semi-liberal, do centralismo burocrático administrativo e econômico à um modelo de economia de mercado no início da década de 1990. Porém, o reacender do conflito violento ofuscou o fervor pela mudança estrutural com impactos reais no exercício das liberdades cívicas e académicas, e bem como na promoção do Estado de Direito regido pelo primado da lei. Ao contrário, a autoridade originada das reformas constitucionais que se seguiram ao fim da guerra civil tornou-se absoluta no exercício do poder e estruturalmente personalizante quanto ao modo da administração da *res publica*. Este artigo argumenta que a UAN – apesar dos esforços de reforma da atual administração – ainda é uma caixa de ressonância dos paradoxos do regime que propicia a fraca investigação científica e a megacefalia pedagógica. Dando-se mais relevo a um tipo de ensino que resulta em baixos índices de produção como os constatados nos doutorandos nas UOs analisadas.

PALAVRAS-CHAVE:

Universidade Agostinho Neto; Contexto e Produção.

Recebido em 17 de agosto de 2019

Aceito em 7 de outubro de 2019